

# MANUAL DE APOIO

**Curso/Unidade:**

**Legislação Comercial**

**Formador/a:**

**Márcia Gomes**

**Código da Unidade (se aplicável):**

**0563**

**Carga horária:**

**25h**

## ÍNDICE:

### Índice

OBJETIVOS DO CURSO .....	3
Objetivo Geral: .....	3
Objetivos Específicos: .....	3
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: .....	4
I. Noções fundamentais de Direito .....	4
II. A empresa e o Direito .....	4
III. Contratos comerciais mais usuais .....	4
INTRODUÇÃO: .....	5
1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO .....	6
a. A Lei .....	6
b. Jurisprudência .....	7
c. Doutrina .....	7
d. Usos e costumes .....	8
2. A empresa e o Direito .....	11
3. Contratos comerciais mais usuais .....	17
3.1. Contrato de compra e venda .....	18
3.2. Contrato de locação .....	19
3.3. Contrato de prestação de serviços .....	20
CONCLUSÃO: .....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	24

## OBJETIVOS DO CURSO

### Objetivo Geral:

- ✓ No final da sessão os formandos deverão ser capazes de Interpretar a legislação comercial relevante para a atividade da empresa.

### Objetivos Específicos:

- ✓ Os formandos deverão ser capazes de caracterizar, de cor, em 15 minutos, as características da norma jurídica.
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de identificar, sem recurso ao manual, em 15 minutos, as fontes de direito.
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de distinguir, sem recurso ao manual, em 15 minutos, direito público de direito privado.
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de caracterizar, de cor, em 15 minutos, as características de alguns tipos de empresas coletivas e singulares.
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de identificar, sem recurso ao manual, em 15 minutos, os tipos de empresas singulares e coletivas.
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de identificar, sem recurso ao manual, em 15 minutos, as características dos contratos de compra e venda e prestação de serviços..
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de distinguir, sem recurso ao manual, em 15 minutos, contrato de trabalho de contrato de prestação de serviços.
- ✓ Os formandos deverão ser capazes de identificar, de cor, em 15 minutos, os tipos de contratos mais comuns.

## CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

- I. Noções fundamentais de Direito
  - i. As fontes de Direito
  - ii. Características da norma jurídica
  - iii. Distinção entre direito público e direito privado
- II. A empresa e o Direito
  - i. Tipos de empresas
    - ✓ Singulares
      - Empresário em nome individual
      - EIRL
    - ✓ Coletivas
      - Sociedade por quotas
      - Sociedade anónima
      - Sociedade unipessoal
- III. Contratos comerciais mais usuais
  - i. Contrato de compra e venda
  - ii. Contrato de locação
  - iii. Contrato de prestação de serviços

## INTRODUÇÃO:

O presente manual tem a intenção de fornecer conhecimentos sobre a legislação comercial no âmbito do direito comercial.

O Direito **Comercial** ou **Legislação** comercial pode ser entendido como o conjunto de princípios e normas disciplinadoras da atividade negocial do comerciante ou de qualquer pessoa, física ou jurídica, destinada a fins de natureza económica, desde que habitual e dirigida à produção de bens ou serviços.

O Código comercial vem corresponder, em espaço fundamental, à necessidade premente de reforma da legislação comercial portuguesa. Na verdade, mantém-se em vigor o sábio mas ultrapassado Código Comercial de 1888, complementado por numerosos diplomas parcelares. A evolução sofrida pela economia nacional e internacional em cerca de um século exige manifestamente a sua actualização.

O Direito Comercial é um ramo do Direito Privado que existe ao lado do Direito Civil, recebendo profunda influência do Direito Público, sobretudo no que tange a certas regras proibitivas do exercício do comércio. É um conjunto de normas jurídicas que regulam a empresa quanto a sua organização e ao seu exercício.

O presente manual impulsiona-nos a reflexões, análises e ampliação de conhecimento fundamental a todo e qualquer ser social que desconhece questões tão relevantes para o fortalecimento do pleno exercício da cidadania que perpassa por estas questões.

## 1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

Para além de normas sociais, morais e religiosas, a sociedade humana teve necessidade de criar normas jurídicas. Em termos muito simples, o Direito pode ser descrito como um conjunto de normas jurídicas.

O Direito tem a função de disciplinar as relações entre os indivíduos e de solucionar os conflitos de interesses que entre eles surgem. Contudo, tem, também, a função de disciplinar a constituição e funcionamento dos órgãos do poder.

Na verdade, é impensável viver em sociedade sem um mínimo de princípios que regulem o agir humano, tanto mais que são inevitáveis os conflitos de interesses, quer individuais, quer coletivos, emergentes da raridade de certos bens (a sua insuficiência para satisfazer todas as necessidades que os solicitam).

É, então, necessário que na vida social existam regras que determinem a cada indivíduo as suas formas de colaboração com os outros, por meio de atos ou omissões, na prossecução dos fins sociais.

### 1.1. Fontes de direito

Constituem fontes do direito:

- a. A Lei (sentido amplo);
- b. A Jurisprudência (o conjunto das decisões judiciais);
- c. A Doutrina (os contributos dos juristas na resolução dos problemas jurídicos);
- d. Os Usos e Costumes (valem apenas se a Lei lhes conferir eficácia).

#### a. A Lei

Em sentido amplo, a Lei é a manifestação do poder legislativo: “Norma escrita proveniente dos órgãos estaduais competentes”.

A Lei (em sentido amplo) pode assumir várias formas. Existe uma hierarquia destas formas:

- ◆ Constituição
- ◆ Lei
- ◆ Decreto-Lei
- ◆ Decreto Regulamentar
- ◆ Portaria
- ◆ Postura

## b. **Jurisprudência**

É um Conjunto das Decisões dos Tribunais. No nosso sistema, o juiz é independente, e por isso não tem de respeitar as decisões anteriores dos Tribunais.

As decisões dos Tribunais não fazem precedente com exceção dos Acórdãos do Tribunal Constitucional que declaram a inconstitucionalidade de uma Lei. Essas anulam a Lei e, por isso, são obrigatórias para todos.

## c. **Doutrina**

É um conjunto de opiniões, estudos e pareceres jurídicos elaborados por professores e técnicos de Direito de reconhecida competência sobre a forma adequada e correta de aplicar, articular e interpretar as normas jurídicas.

Esta fonte indireta do Direito resulta de investigações e reflexões teóricas e de princípios metodicamente expostos, analisados e sustentados pelos autores, tratadistas, jurisconsultos, no estudo das leis. Em determinadas fases da cultura jurídica sobressaem escritores, a cujos trabalhos todos recorrem de tal forma que as suas opiniões se convertem em preceitos “obrigatórios...”

Obrigatórios no sentido de que essas orientações são pacificamente seguidas, pela sapiência revelada pelos doutrinadores e pela consistência e razoabilidade de suas tomadas de posição. Em todo o caso, entre nós, a Doutrina não é uma fonte de Direito de carácter vinculativo.

#### d. Usos e costumes

O Costume tem dois elementos:

- ◆ Prática Social constante (corpus)
- ◆ Sentimento ou Convicção da sua obrigatoriedade (animus)

Sendo bastante discutível a admissão do Costume como fonte de Direito, a tendência vai no sentido de os usos e costumes relevantes na ordem social serem acolhidos pelo legislador sob a forma de Direito escrito, posto que a efetividade deste é tanto maior quanto maior for a sua coincidência com as regras e práticas sociais aceites e consensualmente numa Comunidade.

Se, pelo contrário, as normas jurídicas forem totalmente alheias aos costumes prevalecentes na sociedade, a aplicação daquelas pode engendrar conflitos e revelarem-se de difícil aplicabilidade social.

### 1.2. Características da norma jurídica

A ordem jurídica expressa-se através de normas jurídicas, que são regras de conduta social gerais, abstratas e imperativas, adotadas e impostas de forma coercitiva pelo Estado, através de órgãos ou autoridades competentes.

A norma jurídica é o elemento básico do Direito. Correspondem a normas de conduta social mas que exprimem a ligação da situação da vida à necessidade de uma conduta, concluindo com uma consequência para a sua violação.

A norma jurídica é uma regra, uma fórmula, mas acima de tudo um modelo de comportamento; é esta característica (entre outras, nomeadamente a da coercibilidade) que a distingue de outras regras (matemáticas, científicas, etc.).

O Direito integra normas jurídicas. O que é que as normas jurídicas têm de peculiar que as distingam de outras normas de conduta?

**Imperatividade:**



A norma jurídica conte um comando, porque impõe um certo comportamento e não se limita a dar conselhos.

**Generalidade:**

A norma jurídica refere-se a todas as pessoas e não a destinatários singularmente determinados.

**Abstração:**

A norma jurídica diz respeito a um número indeterminado de casos do mesmo tipo, e não a situações concretas ou individualizadas.

**Coercibilidade:**

Consiste na suscetibilidade de aplicação coativa de sanções, se a norma for violada.

### 1.3. Distinção entre direito público e direito privado

Uma distinção muito antiga é a que divide o Direito em DIREITO PRIVADO e DIREITO PÚBLICO.

Direito Privado é:

O conjunto das normas reguladoras das relações entre os particulares ou entre os particulares e o Estado, quando este intervém despido de «Imperium».

Direito Público é:

O conjunto de normas reguladoras das relações entre os Estados ou entre o Estado e os particulares.

**É Direito Público:****Direito Internacional Público**

É o conjunto de preceitos reguladores das relações estabelecidas entre os diversos Estados: Acordos, Tratados, Praxes Internacionais, etc.

**Direito Constitucional**

Conjunto de normas que regulam a organização fundamental do Estado e que fixam os direitos e obrigações recíprocas do Estado e dos cidadãos.

### **Direito Administrativo**

Conjunto de normas que regulam a formação, competência e funcionamento dos órgãos administrativos e disciplinam a atividade administrativa.

### **Direito Criminal**

Conjunto de normas que fixam os pressupostos da aplicação de sanções criminais. Considera-se direito público porque protege fundamentalmente interesses de segurança e de tranquilidade social.

### **Direito Processual (civil, penal, fiscal)**

Conjunto de regras que fixam os termos a observar na propositura das ações cíveis, na instauração e desenvolvimento da ação penal.

### **É Direito Privado:**

#### **Direito Civil ou Direito Privado Comum**

É o direito regra, é o direito geral cujo campo de ação tende a estender-se a todas as relações de direito privado.

#### **Direito Comercial**

Direito privado especial que regula os atos de comércio.

#### **Direito Internacional Privado**

É fundamentalmente constituído por aquelas normas que apenas se limitam a indicar a lei reguladora das relações que estão em conexão com mais do que um sistema jurídico, normas de conflitos.

## **1.4. O direito comercial**

### **Noção e âmbito**

Direito Comercial é ramo de direito em que tradicionalmente são abordadas e estudadas as Sociedades Comerciais, na sua qualidade de sujeitos de Direito Comercial.

O Direito Comercial regula a atividade dos sujeitos económicos mais relevantes no mercado: os comerciantes, ou seja, empresários mercantis em nome individual ou organizados em sociedades comerciais, que se caracterizam essencialmente pela profissionalidade dos seus atos.

### **Características do Direito Comercial**

- o Simplicidade
- o Facilidade de crédito
- o Universalidade
- o Uniformidade

Se as questões sobre direitos e obrigações comerciais não puderem ser resolvidos, nem pelo texto da lei comercial, pelo seu espírito, nem pelos casos análogos neles prevenidos, serão decididos pelo direito civil».

O Direito civil é, pois, subsidiário do direito comercial, ou seja, quando determinado caso não possa ser solucionado à luz da lei comercial (Código Comercial e todas as leis avulsas que versem sobre matéria comercial), recorrer-se-á ao direito civil.

## **2. A empresa e o Direito**

Na perspetiva da economia, empresa é uma «unidade de produção», ou «uma unidade de exploração económica», ou «uma unidade técnica de produção», uma organização com o objetivo de criar utilidades, sob a forma de bens ou serviços, para obter o lucro.

Empresa é:

- o Em sentido subjetivo, o comerciante;

o Em sentido objetivo, a atividade que o comerciante exerce profissionalmente, servindo-se de uma organização que é o estabelecimento comercial.

Referiu-se que a atividade do empresário se realiza através de uma organização. Esta organização que é o instrumento da atividade comercial é o estabelecimento comercial.

Estabelecimento comercial é, assim, o conjunto de bens ou serviços organizado pelo comerciante com vista ao exercício da sua atividade.

A atividade do empresário realiza-se através de uma organização que é o instrumento da atividade comercial: o estabelecimento comercial.

Estabelecimento comercial é, assim, o conjunto de bens ou serviços organizado pelo comerciante com vista ao exercício da sua atividade.

Os Comerciantes são:

As pessoas que, tendo capacidade para praticar atos do comércio, fazem desta profissão – os comerciantes em nome individual.

## 2.1. Tipos de empresas

### 2.1.1. Singulares

As empresas singulares são aquelas que apenas têm um indivíduo como proprietário, o qual, para além de deter a totalidade do capital, contribui com o seu trabalho na direção da empresa.

O Proprietário e gestor são uma e a mesma pessoa, que é pessoalmente responsável por todas as atividades da empresa. Responde ilimitadamente perante os credores pelas dívidas (incluindo dívidas fiscais e no caso de falência) contraídas no exercício da sua atividade.

A firma deverá ser constituída pelo nome civil completo ou abreviado do proprietário, seguido ou não da atividade a que se dedica.

### Exemplos

Maria José Abreu

M. J. Abreu

## VANTAGENS

Ser proprietário único é poder manter um controlo pronto, direto e completo sobre a empresa e as suas atividades.

## DESVANTAGENS

A dimensão da empresa fica sempre limitada ao volume de recursos que o único proprietário pode dispor.

O único proprietário é responsável, perante a lei, por todas as dívidas da empresa, podendo ser citado judicialmente.

O empresário individual pode assumir uma responsabilidade limitada se optar pelo estatuto de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (Maria Manuela E.I.R.L.). Neste caso, há uma separação entre os patrimónios particular e comercial e apenas este responderá pelas dívidas contraídas pela empresa.

Existe uma separação entre o património pessoal do empreendedor e o património afeto à empresa, pelo que os bens próprios do empreendedor não se encontram afetos à exploração da atividade económica.

Pelas dívidas resultantes da atividade económica respondem apenas os bens a ela afetos. Em caso de falência do empreendedor, e caso se prove que não decorria uma separação total dos bens, o falido responde com todo o seu património pelas dívidas contraídas

A **firma** deve ser composta pelo nome civil, por extenso ou abreviado, do empreendedor. Este nome pode ser acrescido, ou não, da referência ao ramo de atividade, mais o aditamento obrigatório Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada ou E.I.R.L.

### Exemplos

R. F. Andrade, E.I.R.L.

R. F. Andrade, comércio de equipamentos, E.I.R.L.

#### 2.1.2. Colectivas

As sociedades comerciais são a estrutura típica da empresa nas economias de mercado, embora a empresa possa revestir outras formas jurídicas.

A sociedade tem, assim, como características:

- o Uma pluralidade de pessoas como seu substrato;
- o A ideia de colaboração entre as pessoas numa atividade com vista a um objetivo que é o lucro;
- o Conjuação de bens, isto é, um fundo comum que constituirá o património social;
- o Uma organização que seja a base de realização dos objetivos.

São, assim, duas as condições para que se possa qualificar a sociedade como comercial:

- o O fim (exercício do comércio);
- o A forma (adoção de um dos tipos previstos na lei).

### Sociedade por quotas

É uma sociedade de responsabilidade limitada ou seja apenas o património da sociedade responde perante os credores pelas dívidas da sociedade. Este tipo de sociedade é composta por dois ou mais sócios, não sendo admitidas contribuições de indústria e a firma deve terminar pela palavra "Limitada" ou sua abreviatura (Lda).

O capital social é representado por quotas, que poderão ter ou não um valor idêntico (mas nunca inferior a € 1 cada), ou seja, na pratica o capital social mínimo nunca será inferior a €. 2

Só o património social responde para com os credores pelas dívidas da sociedade, salvo acordo em contrário, sendo que nesse caso se pode estipular que um ou mais sócios, além de responderem para com a sociedade respondem também perante os credores sociais até determinado montante

(responsabilidade que pode ser solidária com a sociedade ou subsidiária em relação a esta e a efetivar apenas na fase de liquidação).

A firma deve ser formada:

- a) Com ou sem sigla, pelo nome ou firma de todos, algum ou alguns sócios, aditando-lhes ou não expressão que dê a conhecer o objeto social;
- b) Por denominação particular, aditando-lhe ou não expressão que dê a conhecer o objeto social;
- c) Pela reunião de a) e b);
- d) Deve terminar sempre pela expressão "Limitada" ou pela abreviatura "Lda".

## Exemplos

Alves, Pereira & Freitas, Lda.

A.P.F. - Alves, Pereira & Freitas, Lda.

TexLar – Comércio de Têxteis, Lda .

## Sociedade anónima

É uma sociedade de responsabilidade limitada em que os sócios limitam a sua responsabilidade ao valor das ações por si subscritas, pelo que os credores da sociedade só se podem fazer pagar pelo património da sociedade.

O capital social está dividido em ações que se caracterizam pela facilidade de transmissão.

O número mínimo de sócios, normalmente chamados acionistas, é cinco, não sendo admitidos sócios de indústria. É possível constituir uma sociedade anónima com um só sócio, desde que este seja uma sociedade (os sócios das sociedades podem ser pessoas singulares ou pessoas coletivas, nomeadamente sociedades).

As ações podem ser:

- o Nominativas: transmitem-se pela declaração do seu titular escrito no título.

- o Ao portador: a transmissão opera-se por mera transferência do título para outrem.

A firma pode ser composta pelo nome (ou firma) de algum ou de todos os sócios, por uma denominação particular ou uma reunião dos dois. Em qualquer dos casos, tem que ser seguida do aditamento obrigatório "Sociedade Anónima" ou abreviado - "S.A.".

## Sociedade unipessoal

É constituída por um único sócio, pessoa singular ou coletiva, que é o titular da totalidade do capital social, sendo seu mínimo de €. 1. Apenas o património social responde pelas dívidas da sociedade.

Uma pessoa singular só pode ser sócia de uma única sociedade unipessoal por quotas.

Uma sociedade por quotas não pode ter como sócio único outra sociedade unipessoal por quotas.

## Exemplos

João José Freitas, Unipessoal, Lda



J.J.F. – João José Freitas, Comércio de Automóveis, Sociedade Unipessoal, Lda

Jocas – Comércio de Automóveis, Unipessoal

### 3. Contratos comerciais mais usuais

Podemos definir contrato como o:

*Acordo vinculativo assente sobre duas ou mais declarações de vontade substancialmente distintas que visam estabelecer uma regulamentação unitária de interesses contraditórios mas harmónicos entre si.*

Um dos princípios fundamentais do regime dos contratos, expresso no Código Civil, é o princípio da liberdade contratual.

Consiste na faculdade reconhecida às pessoas de criarem livremente entre si acordos destinados a regular os seus interesses recíprocos.

Mas, uma vez concluído o acordo, é negada a cada uma das partes a possibilidade de unilateralmente se afastar desse acordo.

#### **Liberdade de fixar o conteúdo dos contratos**

Consiste na possibilidade de as partes celebrarem qualquer contrato tipificado na lei, de acrescentar a qualquer destes contratos as cláusulas que melhor lhes convierem ou, ainda de realizar contratos distintos dos que a lei prevê e regula.

Quer a liberdade de contratar quer a liberdade de fixar o conteúdo dos contratos comportam limites.

Um contrato para ser válido tem de conter elementos essenciais: as partes não têm de ter capacidade, não têm de querer realizar o contrato e o objeto não pode ser física e legalmente impossível.

### 3.1. Contrato de compra e venda

Em termos gerais, a compra e venda é o contrato pelo qual um dos contraentes (vendedor) transmite a propriedade de um bem ou de um direito para o outro contraente (comprador), mediante um preço convencionado.

A compra e venda tem natureza comercial quando uma das partes – vendedor – transfere para outra – comprador – mediante preço convencionado, a propriedade de qualquer coisa que o comprador destine a revenda ou aluguer, ou que o vendedor tenha adquirido com o fim de revender.

Quanto a natureza dos contratos compra e venda, pode-se dizer que os contratos podem ser de:

o Natureza Comercial

o Natureza Civil

São considerados de natureza comercial:

1. As compras de coisas móveis para revender, em bruto ou trabalhadas, ou simplesmente para alugar;
2. As compras, para revenda, de fundos públicos ou de quaisquer títulos de crédito negociáveis;
3. A venda de coisas móveis, em bruto ou trabalhadas, e as de fundos públicos e de quaisquer títulos de crédito negociáveis, quando a aquisição houvesse sido feita no intuito de as revender;
4. As compras e vendas de bens imóveis ou de direitos a eles inerentes, quando aquelas, para estas, houverem sido feitas;
5. As compras e vendas de partes ou de ações de sociedades comerciais.

São considerados de natureza civil (não comercial):

1. As compras de quaisquer coisas móveis destinadas ao uso ou consumo do comprador ou da sua família e as vendas que porventura desses objetos se venham a fazer;
2. As vendas que o proprietário ou explorador rural faça dos produtos de propriedade sua ou por ele explorada e dos géneros em que lhe houverem sido pagas quaisquer rendas;
3. As compras que os artistas, industriais, mestres e ofícios mecânicos que exercerem diretamente a sua arte, indústria ou ofício fizerem de objetos para transformarem ou aperfeiçoarem nos seus estabelecimentos e as vendas de tais objetos que fizerem depois de assim transformados ou aperfeiçoados;
4. As compras e vendas de animais feitas pelos criadores ou engordadores.

### 3.2. Contrato de locação

«Locação é o contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra o gozo temporário de uma coisa, mediante retribuição».

Se a coisa for móvel, a locação toma o nome de aluguer. Se a coisa for imóvel, a locação diz-se arrendamento.

O arrendamento para comércio, indústria ou profissão liberal tem regras diferentes das do arrendamento para habitação:

o O arrendatário pode transmitir a sua posição no arrendamento, sem que o senhorio tenha de dar autorização, no caso de trespasse de estabelecimento comercial. O senhorio tem, no entanto, direito de preferência, no trespasse.

o O trespasse de estabelecimento comercial consiste na transferência de um estabelecimento comercial ou industrial e abrange, normalmente, todos os elementos que o compõem.

O contrato de locação financeira ou leasing é, assim:

*Contrato pelo qual alguém cede a outrem o gozo de uma coisa mediante o pagamento de uma retribuição a pagar periodicamente, e ao fim de determinado período, aquele a quem foi dado o gozo da coisa tem a faculdade de a comprar pelo valor residual.*

### **3.3. Contrato de prestação de serviços**

É o contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição.

#### **Modalidades de Contrato de Prestação de Serviços**

##### **Contrato de Mandato**

###### **Noção**

É o contrato pelo qual uma das partes se obriga a praticar um ou mais atos jurídicos por conta de outra.

Nesta modalidade a empresa, mandante, incumbe outrem, mandatário, de praticar um ou mais atos jurídicos por conta daquela, ou seja no seu interesse, retribuindo este de acordo com o combinado entre ambos, quando o mandatário não o faça gratuitamente.

Para tanto a empresa poderá conferir ao mandatário poderes de representação (mandato com representação) através de procuração (ato pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes representativos).

##### **Contrato de Empreitada**

###### **Noção**

É o contrato pelo qual uma das partes se obriga em relação à outra a realizar certa obra, mediante um preço.

Trata-se de um contrato cujo objeto consiste num produto ou resultado e não uma atividade ou disponibilidade da força de trabalho.

## Mandato Comercial

### Noção

É o contrato pelo qual uma pessoa se encarrega de praticar um ou mais atos de comércio por mandato de outrem (art. 231.º Código Comercial). O mandato comercial, embora contenha poderes gerais, só pode autorizar atos não mercantis por declaração expressa.

O mandatário comercial é aquele que pratica uma massa de atos mercantis, fazendo disso sua profissão, mas atuando em nome, por conta e no interesse do mandante, que é o comerciante.

## CONCLUSÃO:

As bases do Direito Comercial moderno provêm das relações económicas decorrentes da economia de mercado.

O Direito Comercial passa a ser baseado e delimitado na atividade económica organizada para a produção ou para a circulação de bens ou de serviços, libertando-se da arbitrária divisão das atividades económicas.

Assim, podemos concluir que, a definição do objeto de estudo do Direito Comercial, com o progresso da técnica e da economia de massa, desloca-se da noção de ato para a noção de atividade.

As pequenas empresas, submetidas ao capitalismo industrial dos séculos XVIII e XIX, vão pouco a pouco sendo substituídas pelos grandes organismos económicos com produção em massa.

A produção isolada vai sendo progressivamente substituída pela atividade mercantil e industrial em série. Essa atividade impõe uma crescente especialização e a criação de organismos cada vez mais complexos. Cria-se um novo ponto de referência para o Direito Comercial, a atividade negocial visando uma finalidade económica unitária e permanente.

A prática comercial é um sistema de longa data nos nossos costumes.

O Direito é uma ciência que procura harmonizar as práticas comerciais.

O Direito Comercial, bem como a sociedade, passou por diversas fases até os dias de hoje. Está longe de concluir a sua trajetória, pois já temos novos fatores que influenciam nosso dia-a-dia, como o mundo virtual.

Assim, os conteúdos desta temática servem para a integração das normas e regras á prática do comércio e a regulação do seu funcionamento na nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Correia, Miguel, *Direito Comercial – Direito de Empresa*, Ed. Almedina, 2001